



V1 8257-22

GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR

Ofício nº. 3.299/2012
Ref. GE nº. 303/2012

Aracaju, 03 de outubro de 2012.

MR. JIM YONG KIM
President
The World Bank
Washington, DC

Assunto: Sergipe - Incluir para Desenvolver - Carta de Políticas.

Este documento apresenta um panorama das políticas públicas do Estado de Sergipe, bem como uma visão geral atualizada sobre a situação econômica e fiscal do Estado. Contempla também as diretrizes de Governo para os próximos anos, materializadas no *Plano Plurianual 2012-2015 - Sergipe: Incluir para Desenvolver*, as quais se desdobram em iniciativas que objetivam a erradicação da pobreza extrema, a promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e a construção de uma sociedade mais justa.

Temos a certeza que o apoio financeiro do Banco Mundial, por meio do instrumento de Empréstimo para Políticas de Desenvolvimento (*Development Policy Loan - DPL*), representa um importante reforço às iniciativas do *Plano Sergipe: Incluir para Desenvolver*, com reflexos positivos nos resultados esperados.

1. Políticas Públicas no Estado de Sergipe: contexto, avanços recentes, diretrizes e desafios

A trajetória das políticas públicas no Estado de Sergipe nos últimos anos foi marcada pelo fortalecimento de políticas sociais e, ao mesmo tempo, por sólido crescimento econômico. A partir de 2007, a agenda de políticas públicas no Estado incorporou o tema do desenvolvimento econômico com inclusão social, permitindo um redirecionamento da atuação estatal.

No Estado de Sergipe, as primeiras iniciativas baseadas nesse novo paradigma de desenvolvimento remontam ao *Plano Plurianual 2008-2011 - Desenvolvimento com Inclusão pelo Direito e pela Renda*, em que já se desenvolviam ações tendentes à efetivação de “um novo modelo de desenvolvimento voltado para a redução da exclusão social e das desigualdades sociais e regionais”.

O realinhamento da ação estatal em Sergipe acompanha, em grandes linhas, o mesmo movimento verificado na agenda do Governo Federal, onde o imperativo da inclusão social com desenvolvimento econômico teve grande impulso na última década. A convergência programática entre as esferas federal e estadual pode ser apontada

**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

como um importante fator para o avanço das políticas públicas em Sergipe nos últimos anos.

Exibindo taxas de crescimento do Produto Interno Bruto acima da média nacional e apresentando importantes melhorias nos indicadores sociais, frutos do reconhecido sucesso das políticas implementadas, Sergipe aposta no fortalecimento das políticas públicas inauguradas em 2007.

A despeito da crise financeira internacional surgida no final de 2008, o Produto Interno Bruto a preços de mercado do Estado manteve a tendência de crescimento entre 2007 e 2010 a taxas superiores a 5%, com exceção de 2008, quando o crescimento foi de 2,6%. Em 2009, Sergipe apresentou a quarta maior taxa de crescimento entre os estados brasileiros.

Outros indicadores econômicos demonstram que a economia sergipana ganhou força e dinamismo no período. Verificou-se o crescimento de quase 100% na quantidade de empregos formais gerados no Estado, em comparação ao quadriênio anterior. Foram implantados 110 novos empreendimentos industriais incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, com importante aumento da oferta de emprego no setor. O consumo e o crédito demonstraram forte expansão entre 2007 e 2010.

Há elevados investimentos projetados na ampliação da exploração de potássio e na expansão da indústria de fertilizantes no Estado. Prevê-se também o aumento do investimento relacionado à indústria de gás natural e petróleo, com a confirmação de uma nova área de exploração em águas profundas na bacia de Sergipe. A descoberta representa um marco nesse importante segmento da economia sergipana, com potencial de duplicar a produção de petróleo e gás natural.

Sergipe tem apresentado avanços não menos significativos no aspecto social. O Estado registrou nos últimos anos melhorias acima da média nacional em indicadores sociais como acesso a saneamento básico, renda, acesso a bens de consumo e condições de moradia.

Entre 2007 e 2010, a vertente da inclusão produtiva pela renda avançou com a interiorização do desenvolvimento econômico. Considerando o total de novos postos de trabalho criados no período, mais da metade foram gerados em cidades do interior, ligados principalmente ao desenvolvimento de pólos industriais nos ramos têxtil, alimentício, calçados e na cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Em 2011, os empregos gerados no interior do Estado alcançaram 62% do total.

A agricultura familiar passou a ocupar importante papel na inclusão social no semiárido, principalmente com o desenvolvimento da pecuária leiteira e do cultivo do milho. A política de desenvolvimento rural, por meio do fomento à agricultura familiar, do estímulo ao agronegócio e do fortalecimento de cadeias produtivas locais, contribuiu para a expansão desses dois setores econômicos no interior do Estado.



**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

Entre 2006 e 2009, a produção de milho do Estado passou de 185 mil toneladas para 703 mil toneladas, o que representa um acréscimo de 280% na produção. No mesmo período, houve um incremento de 18% na produção de leite, além de ganhos relacionados ao beneficiamento do produto.

Com resultados expressivos nos indicadores sociais de saúde, educação e renda *per capita*, Sergipe ostenta o melhor índice de desenvolvimento Humano (IDH) e o melhor índice de desenvolvimento socioeconômico (IDSE/FGV) dentre os estados da região nordeste. Entretanto, segundo levantamento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, realizado em 2010, estima-se que mais de trezentas mil pessoas, cerca de 15% da população total, ainda vivam em situação de extrema pobreza no Estado de Sergipe.

O Plano Sergipe: Incluir para Desenvolver (Plano Plurianual - PPA 2012-2015) aposta no aprofundamento do modelo de desenvolvimento com inclusão social, com uma abordagem de políticas públicas direcionadas à parcela mais pobre da população. O Plano adotou como meta mobilizadora a erradicação da pobreza extrema, que deverá direcionar a ação do Estado de Sergipe nos próximos anos. Assim, são priorizadas iniciativas em quatro eixos estratégicos: (i) desenvolvimento social e afirmação da cidadania; (ii) gestão pública de excelência; (iii) infraestrutura produtiva e logística; e (iv) desenvolvimento econômico inclusivo.

O Plano prevê, ainda, uma metodologia de monitoramento e avaliação das políticas. A partir da elaboração de planos de ação específicos, contendo objetivos, metas, indicadores, prazos e responsáveis, as ações e programas prioritários serão acompanhados por uma sala de situação. Essa estrutura, além de permitir um tratamento mais integrado e interdisciplinar nos processos de monitoramento e avaliação, incorpora o caráter transversal das políticas públicas a partir de Núcleos de Governança em quatro áreas, de acordo com os eixos estratégicos delimitados no Plano. A metodologia permite o acompanhamento com base em uma visão global sobre a implementação, possibilitando a oferta de subsídios técnicos e analíticos ao Núcleo Estratégico de Governo.

A metodologia tem sido aplicada no processo de monitoramento e avaliação da Agenda do Sertão Sergipano e no Plano Sergipe Mais Justo. Este último objetiva ampliar as políticas públicas de inclusão produtiva e geração de renda, em atendimento prioritário à população de extrema pobreza. O monitoramento é realizado de maneira contínua por uma 'sala de situação', que consolida informações provenientes dos diversos órgãos e entidades responsáveis, elabora relatórios de acompanhamento físico e financeiro, avaliando o progresso das ações e propõe ajustes e soluções.

Os relatórios produzidos pela 'sala de situação' subsidiam as decisões e encaminhamentos nas reuniões mensais dos Comitês de Integração de Políticas (Comitê de Políticas de Infraestrutura Social, Comitê de Políticas de Acesso a Serviços



**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

Públicos e Comitê de Políticas de Inclusão Produtiva), nas reuniões trimestrais do Comitê Gestor, bem como são disponibilizados diretamente ao Governador do Estado.

2. Situação fiscal do Estado de Sergipe

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2011 o Estado de Sergipe atendeu ao limite prudencial com despesa total de pessoal, representando 56,54% da receita corrente líquida, sendo 46,76% do Poder Executivo, 5,12% do Poder Judiciário, 1,63% do Ministério Público e 3,03% do Poder Legislativo.

A Receita Total do Estado atingiu um montante de R\$ 6,05 bilhões, que representa um crescimento nominal de 11,5%, quando comparada com 2010. Já as despesas de 2011 foram na ordem de R\$ 6,03 bilhões, indicando um crescimento nominal de 10,3% frente ao ano de 2010.

Ressalta-se que, deduzindo-se a despesa total da receita total, o Estado de Sergipe apresentou um **superávit em 2011 de R\$ 21,5 milhões**, que, comparativamente com 2010, representa um crescimento de 142,0%. Esse resultado confirma que os ajustes realizados pelo Governo de Sergipe pós-crise 2008 estão dando resultado. O déficit de R\$ 130,1 milhões em 2009 foi reduzido para 50,2 milhões em 2010 e controlado em 2011, ano que apresentou superávit.

Em 2011, a arrecadação do principal tributo estadual, o ICMS, atingiu o montante de R\$ 1.958,1 milhões, o equivalente a aproximadamente 81% da receita tributária e 32% da receita total do Estado, apresentando um **crescimento nominal de 11,66%** comparativamente com o mesmo período do exercício anterior. No que diz respeito à arrecadação do IPVA, observa-se que a tendência positiva de crescimento persiste, incentivada pela política nacional de redução temporária de impostos sobre veículos. Em 2011, a arrecadação atingiu um montante de R\$ 93,5 milhões, significando um crescimento nominal de 17,10% comparado com 2010.

3. Políticas incluídas na operação com o Banco Mundial

O Estado de Sergipe, tendo em vista as prioridades definidas no planejamento plurianual, especialmente no que se refere à meta mobilizadora - Erradicação da Pobreza Extrema no Estado, propõe a composição do Projeto em três áreas de políticas: (i) consolidação da gestão fiscal e das inovações na gestão pública, (ii) promoção da melhoria no acesso e na qualidade de serviços públicos e (iii) fortalecimento da desconcentração do desenvolvimento e da inclusão produtiva nos territórios.

Essas três áreas concretizam-se em objetivos específicos que podem ser apoiados pelo empréstimo, os quais são apresentados a seguir:

3.1. Política 1 - Consolidação da gestão fiscal e das inovações na gestão pública



**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

3.1.1 Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão

A política de atendimento ao cidadão do Estado de Sergipe tem sido orientada pela necessidade de oferecer à população praticidade e celeridade na prestação dos serviços públicos, através da centralização em um único ambiente. Esta é a lógica da rede do Centro de Atendimento ao Cidadão - CEAC, que na última década vem prestando relevantes serviços à população sergipana, com mais de oito milhões de atendimentos entre 2001 e 2011 nas três unidades fixas instaladas na capital sergipana (Riomar, Rodoviária e Rua do Turista) e em uma unidade móvel, que percorreu, nos últimos três anos, todos os 75 (setenta e cinco) municípios sergipanos.

Atualmente, os processos de atendimento ao cidadão, tanto na rede CEAC, como em diversas unidades do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, da Secretaria de Segurança Pública - SSP, da Secretaria da Fazenda - SEFAZ e de outros órgãos, não são padronizados, o que compromete a qualidade dos serviços, uma vez que cada atendimento ocorre de acordo com um protocolo diferenciado.

Além disso, apesar da centralização em um único ambiente, os processos atuais de atendimento nos CEACs são direcionados por tipo de serviço prestado, sendo necessário que o cidadão se apresente em guichês diferentes, de acordo com cada espécie de serviço demandado.

Propõe-se, então, a adoção do sistema de “guichê único”, que será responsável por receber, de uma única vez, demandas para todos os serviços ofertados em cada unidade do CEAC.

Adicionalmente, será elaborado um documento com informações sobre procedimentos, compromissos e padrões de atendimento para os dez serviços mais demandados nos Centros de Atendimento aos Cidadãos. Esse documento, denominado de “Carta de Serviços”, será amplamente divulgado, permitindo, de um lado, a fixação de critérios de eficiência e eficácia na prestação de serviços para a Administração Pública e, de outro, maior credibilidade e confiança nos serviços por parte dos cidadãos.

A simplificação dos processos, decorrente da padronização e da implementação do “guichê único”, com a conseqüente redução do tempo dos serviços prestados são os principais desafios do Estado para melhorar a qualidade no atendimento. Nesse sentido, a proposição da instituição de uma Política de Atendimento ao Cidadão, aliada à implementação do “guichê único” e à ampla divulgação da “Carta de Serviços”, tem como objetivo dar celeridade e qualidade à prestação dos serviços públicos.

3.1.2 Modernizar processos chaves de planejamento, orçamento, execução e controle



**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

No campo da Gestão Fiscal, a Administração Estadual vem adotando a estratégia de revisar processos e implantar um novo sistema integrado de gestão pública, denominado de i-Gesp (sistema integrado de gestão pública).

A implantação do sistema i-Gesp é um dos marcos mais importantes no recente processo de modernização da gestão do processo de despesa pública do Estado de Sergipe. Trata-se de uma solução de Tecnologia da Informação voltada para a Gestão Pública Estadual, propiciando maior agilidade, flexibilidade, integração, controle, transparência e qualidade.

O sistema é totalmente integrado e engloba os módulos de planejamento, orçamento, execução orçamentária e financeira e contabilidade. Por ser um sistema que incorpora todo o ciclo da ação administrativa, a regulamentação da obrigatoriedade do uso do sistema i-Gesp, no âmbito do Poder Executivo, é condição essencial ao sucesso da política.

A implantação do sistema vem ocorrendo de maneira gradual, já tendo sido implementados os principais módulos de planejamento, orçamento, execução orçamentária e financeira e contabilidade. As próximas etapas previstas são a implantação dos módulos de Banco de Preços, Gestão da Dívida Pública, Integração com sistemas de Recursos Humanos (RH), Compras e Controle de Patrimônio, o que tornará o sistema, a médio prazo, um GRP - *Government Resource Planning*, com cronogramas de trabalho previstos em Decreto que regulamentará a obrigatoriedade do uso do sistema no âmbito do Poder Executivo.

Espera-se que o sistema i-Gesp contribua para a redução de custos de trabalho e financeiros relativos a todos os módulos incluídos no sistema, além de oferecer procedimentos, relatórios e balanços padronizados e mais confiáveis. Entre os inúmeros impactos específicos que a adoção do novo sistema produzirá na gestão pública estadual estão a redução de tempos médios para elaboração de relatórios gerenciais e para fechamento dos balanços anuais.

3.1.3. Aumentar a arrecadação por meio do combate à evasão fiscal

O Estado de Sergipe pretende aumentar a arrecadação por meio do combate à evasão fiscal. Pretende-se ampliar e aperfeiçoar ferramentas e procedimentos para cobrança do crédito, visando à redução do prazo entre a geração do crédito tributário e sua respectiva cobrança.

A implantação do Cadastro Estadual Informativo de Créditos não Quitados (CADIN Estadual) e a inscrição de devedores no Serasa¹ tornar-se-ão importantes instrumentos

¹ A Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A - é uma empresa privada brasileira, que faz análises e pesquisas de informações econômico-financeiras das pessoas, para apoiar decisões de crédito, como empréstimos. Foi criada pelos bancos, com o objetivo de centralizar informações e fazer com que seus custos administrativos diminuíssem (fonte: <http://www.significados.com.br/serasa/>).



**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

na recuperação do crédito tributário, atuando também como importante componente para aumento da adimplência voluntária de tributos estaduais, dado que a 'negativação' de empresas fornecedoras em cadastros de inadimplentes inviabilizam sua contratação por entidades públicas, assim como podem inibir a obtenção de crédito bancário.

Por outro lado, o projeto de 'virtualização' do processo da dívida ativa tem como objetivo permitir o acompanhamento da execução judicial do processo fiscal, permeando os órgãos envolvidos: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe - SEFAZ, Procuradoria Geral do Estado - PGE e Tribunal de Justiça - TJ.

A implementação do Cadastro Estadual Informativo de Créditos não Quitados (CADIN Estadual) e a inscrição de devedores no Serasa, bem como a iniciativa de virtualização da dívida ativa, necessitam ser regulamentadas por meio de Decreto para atingir eficácia jurídica.

Em outubro de 2011, foram regulamentados o Cadastro Estadual Informativo de Créditos não Quitados (CADIN Estadual) e a inscrição de devedores no Serasa. Nesse momento, o Governo do Estado está elaborando decreto que regulamenta a virtualização do processo da dívida ativa.

3.2. Política 2 - Promover melhoria no acesso e na qualidade dos serviços públicos

3.2.1. Melhorar a qualidade dos serviços de atenção materno-infantil para alto risco, em resposta a uma causa importante de mortalidade materna

Políticas voltadas para a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade de atenção à saúde são imprescindíveis para o fortalecimento do funcionamento das redes assistenciais de forma integrada. As redes especializadas voltadas para o atendimento às mulheres, como as redes "Cegonha" e "Amamenta" possuem ênfase na linha de cuidado materno-infantil do estado, cujo objetivo é aumentar o número de gestantes atendidas pelo programa, sobretudo no alto-risco, e a redução da mortalidade materno-infantil.

Vale ressaltar que o Estado de Sergipe, como outros estados da região Nordeste, apresenta resultados preocupantes nas questões da saúde materno-infantil. No entanto, no período 1985-2000 houve melhora bastante significativa na taxa de mortalidade infantil. Na última década, a redução dessa taxa no Estado de Sergipe vem seguindo a tendência nacional, com uma média de diminuição de 1,72% ao ano.

Os indicadores de mortalidade materna e de mortalidade infantil são considerados indicadores de efetividade dos sistemas de saúde e são úteis na análise da situação sanitária de um território administrativo.

A Rede Cegonha, programa que visa qualificar e melhorar a assistência materno-infantil, envolve ações, em Sergipe, que vão desde o acolhimento da gestante em uma Clínica de Saúde da Família (CSF) até o atendimento com classificação de risco



GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR

nas maternidades para realização do parto. O programa também busca estimular os seguintes aspectos: (i) a participação da família no momento do parto; (ii) o parto natural; e (iii) o aleitamento materno e a doação de leite para o banco de leite.

Para implementar as redes de saúde no estado, dentre elas a Rede Cegonha, a Governo de Sergipe firmou Contrato de Ação Pública - CAP, instrumento que reorganiza e define o funcionamento do SUS em escala regionalizada, com responsabilização de cada ente federado, descentralização da assistência e proposta de metas para alcance de indicadores de saúde.

A inclusão do ente federado União no CAP, por meio do Termo Aditivo ao Contrato de Ação Pública - TCAP, possibilitou a garantia de mais recursos para que seja feita a estruturação da Rede Cegonha, assistência materna infantil, e da rede de Urgência e Emergências. Sergipe é o primeiro Estado do Brasil a assinar esse documento.

3.2.2. Melhorar a gestão das escolas da rede do Estado de Sergipe

Os índices educacionais, na rede estadual de Sergipe, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, indicam que os níveis de aprendizagem dos estudantes estão aquém dos esforços conjuntos de professores, gestores e governo.

As análises dos dados produzidos pela rede sinalizam que os tímidos avanços estão relacionados, entre outros fatores, com uma frágil política de gestão administrativa e pedagógica que predomina nas escolas. Muito dessa fragilidade está relacionada com a inobservância de critérios, sobretudo meritocráticos, nos processos de escolha dos gestores escolares. O atual processo de seleção dos gestores não exige o conhecimento dos padrões mínimos de gestão escolar e das políticas educacionais que deverão ser implementadas nas escolas.

Com o objetivo de qualificar a política de gestão educacional, o governo do Estado está estabelecendo através de Decreto um novo sistema de seleção dos gestores escolares da rede estadual considerando critérios de mérito. Para apoio a esta política e, com a colaboração de especialista em gestão educacional, está desenvolvendo junto com os gestores e docentes sergipanos um espaço de discussão e de construção de tecnologias pedagógicas que tem como objetivo principal a melhoria dos resultados educacionais.

Além da seleção dos gestores por mérito, os esforços atualmente desenvolvidos incluem a capacitação dos gestores e docentes com vistas à melhoria dos processos de planejamento, diagnóstico e avaliação permanente da atividade educacional. Como produto das oficinas já realizadas, foram elaborados dois instrumentos, a saber, o "Compromisso de Gestão" e o "Índice Guia". O primeiro consiste num diagnóstico e no estabelecimento de um conjunto de metas educacionais e de ações definidas pela rede e por cada escola e acordados entre as partes, num compromisso coletivo pela melhoria da qualidade do ensino na rede estadual de Sergipe.



**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

O segundo documento institui os procedimentos de monitoramento e avaliação da atividade escolar nas suas variadas dimensões, partindo de um acompanhamento sistemático do cotidiano escolar e dos resultados dele decorrentes.

Paralelo a essa tarefa, o Governo do Estado já lançou um referencial curricular para a rede e está discutindo com as escolas a construção e sistematização de seus currículos. Nesse conjunto de esforços, minutas de portarias e decretos-lei estão prontos para normatizar a seleção dos diretores por mérito e outras medidas de melhoria da ação educativa.

3.2.3. Melhorar as condições de aprendizagem no ensino fundamental na rede municipal

O esforço do Governo do Estado em melhorar os índices educacionais no Estado de Sergipe não pode estar restrito à rede de ensino sob sua gestão. Os municípios sergipanos são parte da fragilidade da educação sergipana, demonstrada em índices como o IDEB. A partir dessa constatação, e, considerando o fato de que a rede municipal educa aproximadamente 284 mil alunos (a rede estadual tem cerca de 200 mil alunos² e a rede particular tem 96,9 mil,) entende a Administração Estadual que é necessário coordenar as políticas e as gestões estadual e municipais e disponibilizar todo aparato de conhecimento e estrutura da Secretaria de Estado da Educação para fortalecer o ensino no Estado.

Nesse sentido, um dos objetivos do Governo do Estado é melhorar as condições de aprendizagem no ensino fundamental na rede municipal, por meio do apoio à implementação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) nos municípios. Para atingir este objetivo será estabelecido um regime de colaboração estado-município para implementação do PNAIC, estruturando-se um núcleo administrativo para cuidar especificamente da articulação da política estadual com as redes municipais.

O PNAIC é um programa integrado cujo objetivo é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais brasileiras. Caracteriza-se pela integração de diversas ações e materiais didáticos que contribuem para a alfabetização; pelo compartilhamento da gestão do programa entre Governo Federal, estados e municípios; e pela orientação em garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, a serem aferidos pelas avaliações anuais.

Os eixos desenvolvidos no PNAIC para a melhoria da educação são: material didático, literatura, tecnologias educacionais digitais, avaliação e controle e mobilização social.

² Fonte: MEC/INEP - Censo da Educação Básica 2011



GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR

Nesse sentido, e considerando a debilidade dos municípios, a parceria entre as duas esferas - estado e município - tem como objetivo principal melhorar os índices educacionais, através de novos instrumentos pedagógicos, cabendo ao estado a articulação do programa e a colaboração e assistência técnica aos municípios para a implementação do PNAIC em Sergipe.

3.3. Política 3 - Promover o desenvolvimento sócio-econômico com crescimento inclusivo

3.3.1. Fortalecer a cadeia produtiva do leite e derivados, com foco na agricultura familiar

No semiárido sergipano encontra-se a principal bacia leiteira do Estado, assentada em pequenas unidades produtivas de base familiar, que recentemente têm experimentado expressivo crescimento de sua produção, com taxas superiores às de outras regiões climaticamente mais favorecidas.

A estrutura fundiária é bastante fragmentada, predominando a pequena unidade de produção. Cerca de 90% das unidades produtivas são minifúndios com menos de 30 ha, e com pequenos rebanhos por unidade: em torno de 10 vacas, produzindo cerca de 50 litros/dia. Esta atividade constitui-se na principal fonte de renda e forma de inserção no mercado para a quase totalidade dos produtores familiares. A produção caracteriza-se ainda pela oferta pulverizada de leite, em geral de baixa qualidade, obtida a custos elevados, principalmente por conta da alimentação concentrada, totalmente dependente de compras externas; pela debilidade organizativa dos produtores, com baixo grau de escolaridade; e por um processo produtivo ambientalmente agressor e exaustor dos recursos naturais.

De outro lado, a cadeia produtiva do leite e derivados, em Sergipe, deve experimentar, em médio prazo, um crescimento da demanda da ordem de 300 mil litros/dia de leite, com a entrada em operação de uma empresa de laticínio de grande porte, em implantação na região sub-úmida do Estado, volume que possivelmente não venha a ser suprido pela produção atual na referida bacia leiteira sertaneja, da ordem de 800 mil litros diários, já comprometidos com a demanda existente.

Nesse contexto, a atividade leiteira constituir-se-á em opção potencialmente favorável para a reconversão econômica dos produtores dos perímetros irrigados localizados nessa região, desde que tecnicamente desenvolvida em forma intensiva, a baixo custo e com mínimos impactos ambientais, portanto, em bases sustentáveis.

A inclusão social pelo fortalecimento da cadeia produtiva do leite na região semiárida requer a melhoria da organização produtiva, através da disseminação dos núcleos de produção intensiva de leite entre os produtores familiares, bem como a melhoria das condições sanitárias do produto.



GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR

Para tanto, o Governo do Estado está desenvolvendo o programa para inclusão de produtores familiares em núcleos de produção de leite, com prévia capacitação em sistemas intensivos e em práticas sanitárias. A idéia é replicar o modelo do projeto *Balde Cheio, Sistema de produção intensiva de leite*, para outras organizações no Estado.

*3.3.2. Promover o uso de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis-
"crescimento verde"*

A aplicação da agricultura orgânica busca, entre outros aspectos, garantir a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos (agroquímicos) e a eliminação de uso de organismos geneticamente modificados.

Em síntese, pode-se citar que a agricultura orgânica tem por objetivo a formação de ecossistemas mais equilibrados, preservando a biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo. Nesse sentido, as ações são conduzidas, em geral, em redes de apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica.

Em Sergipe, por meio do serviço de assistência técnica e de extensão rural, sob a responsabilidade da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário (EMDAGRO) e com a participação de outros parceiros institucionais, encontra-se em execução um conjunto de ações nos Territórios Sul, Agreste e Leste Sergipano que buscam os objetivos da agricultura verde. Estas ações se materializam especialmente a partir de programas de assistência técnica e de capacitação continuada para técnicos e produtores, valendo-se do uso de unidades demonstrativas de base ecológica, sobretudo com hortifrutigranjeiros.

As exigências para o comércio de produtos orgânicos no Brasil e no mundo dependem, em grande medida, da relação de confiança entre produtores e consumidores, bem como dos sistemas de controle de qualidade. A legislação brasileira abriu exceção à obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para agricultores familiares, que hoje podem vender os orgânicos diretamente aos consumidores finais.

Com esta alternativa, os trabalhos da EMDAGRO vêm se fortalecendo e, a partir de 2012, a expectativa com esta política é alcançar 100 agricultores familiares, sendo 15 mulheres, por meio de Organizações de Controle Social - OCS, o que permitirá a venda direta dos produtos em feiras de orgânicos a serem instaladas no âmbito destes Territórios.

Diante do exposto, espera-se com as ações desta política, a formação de técnicos e de produtores em sistemas de produção orgânica, a melhoria da qualidade ambiental e preservação dos recursos naturais, a ampliação dos canais de comercialização para



GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR

os produtos orgânicos e, por fim, o aumento da renda familiar e da segurança alimentar dos consumidores.

3.3.3. Ampliar as oportunidades de trabalho e renda para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica (trabalhadores rurais sazonais da cultura da cana-de-açúcar e da laranja)

A Inclusão Produtiva tem por objetivo promover o acesso à renda da população em situação de risco e vulnerabilidade social. Isto porque o ciclo de reprodução da pobreza e da dependência das famílias aos programas sociais governamentais somente se quebra quando promovemos as condições para que estas famílias adquiram autonomia para sua sobrevivência.

Essa vertente é um dos principais "eixos" de trabalho do Plano Nacional de Erradicação da Miséria, "Brasil Sem Miséria", e do respectivo Plano em Sergipe, "Sergipe Mais Justo". Na zona rural, contempla alternativas para o aumento da produção da agricultura familiar e tem grande interface com os Programas de Agricultura e Segurança Alimentar.

Uma das principais iniciativas de inclusão produtiva do governo do Estado na área do campo é o Programa Mão Amiga, que tem por finalidade adotar medidas mitigadoras frente aos efeitos do desemprego sazonal decorrente das entressafras dos cultivos da cana-de-açúcar e da laranja, que resultem em geração de renda, reforço alimentar, capacitação profissional e melhoria da qualidade de vida da população afetada.

O Programa Mão Amiga estabelece como meta anual o atendimento a 10.000 trabalhadores, sendo 5.000 da laranja e 5.000 da cana, e oferece auxílio de R\$ 190,00 durante os quatro meses das entressafras. Em contrapartida, o próprio trabalhador, ou um membro de sua família, frequenta cursos profissionalizantes e/ou módulos de cidadania, saúde e agricultura.

Por outro lado, a efetivação de parceria com a Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de incluir no Programa Estadual de Alfabetização os trabalhadores rurais analfabetos atendidos pelo Programa Mão Amiga, significa mais um passo na perspectiva de quebra do ciclo de miséria existente nas regiões mais pobres de Sergipe.

3.3.4. Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Desde a Constituição de 1988, a Assistência Social, por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, se consolidou como política universal, não contributiva, descentralizada e participativa, que oferece serviços de proteção social e benefícios assistenciais à população em situação de vulnerabilidade social.

Em Sergipe, ao longo dos anos, a consolidação do SUAS teve avanços significativos: em torno de 239.566 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, num universo



**GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR**

de 358.808 famílias cadastradas no CadÚnico (março 2011); há cobertura de Centros de Referência da Assistência Social - CRAS - em todos os 75 municípios sergipanos e de 35 Centros Especializados de Assistência Social - CREAS, distribuídos em 32 municípios e de 01 Centro especializado na população de rua - CREASPOP localizado na capital.

Mas há muito a evoluir na gestão e na qualidade dos serviços em nível municipal. Além disso, o Plano Brasil sem Miséria e, no âmbito estadual, o Plano Sergipe Mais Justo trazem novas exigências e desafios para a organização e a oferta dos serviços sócio-assistenciais. É o caso da busca ativa pelos extremamente pobres, que gera demandas mais complexas para o conjunto dos gestores, trabalhadores e conselheiros do campo da Assistência Social. Isto, sem dúvida, requer maior capacidade técnica, política e ética por parte desses atores aqui referenciados.

Neste cenário, a disposição do Governo do Estado em implantar o “cofinanciamento estadual” será um grande avanço. Trata-se da transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social -FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social- FMAS para cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas, os projetos e benefícios eventuais, como, por exemplo, a busca ativa nos municípios.

3.3.5. Ampliar o acesso de mulheres em situação de violência a programas de proteção e prevenção e atendimento de melhor qualidade

A desigualdade entre mulheres e homens no Brasil é fato incontroverso e persistente. O último Índice Global de Desigualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial (Global Gender Gap Index - GGI), lançado em novembro de 2011, revelou que o País ocupa a 82ª posição entre os 135 países no ranking, atrás de todos os outros países da América do Sul. O estudo demonstra, em subíndices, que a desigualdade de gênero no país expressa-se principalmente nos campos do “empoderamento político” e da “participação econômica e oportunidades”.

No Brasil, o problema da violência contra a mulher agrava a desigualdade de gênero, principalmente nas classes menos favorecidas, em que as mulheres se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Nos últimos anos, o tema da desigualdade entre homens e mulheres alcançou “status” de política pública, com a criação de instituições e ações de governo voltadas ao enfrentamento da desigualdade e da violência contra a mulher. O Estado de Sergipe aderiu, em julho de 2009, ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que visa à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional.

Em consonância com as linhas de ação do Pacto, O Estado de Sergipe tem se esforçado para ampliar a rede de “Centros de Atendimento à Mulher” por meio da descentralização, aos municípios polos, do atendimento especializado. Esses Centros disponibilizam serviços voltados à mulher em situação de violência ou



GOVERNO DE SERGIPE
GABINETE DO GOVERNADOR

vulnerabilidade, como abrigos de proteção, perícias especializadas e serviços de responsabilização e reeducação do agressor.

Prevê-se a formalização de Termos de Cooperação Técnica entre o Estado e os municípios-polo de cada território de planejamento. Com a ampliação da rede de atendimento, espera-se um aumento no quantitativo de mulheres vítimas de violência atendidas.

4. Pedido de apoio financeiro.

O Estado de Sergipe manifesta interesse na consolidação de parceria com o Banco Mundial, na forma de empréstimo na modalidade *Development Policy Loan - DPL*, no valor de U\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos), a ser liberado conforme cronograma financeiro da operação.

Esses recursos serão destinados ao suporte financeiro das políticas apresentadas no presente documento, bem como do plano de políticas de desenvolvimento nas quais elas se inserem, representando importante contribuição para o alcance, no Estado de Sergipe, de maior desenvolvimento econômico com inclusão social e redução da pobreza extrema.

Atenciosamente,


JACKSON BARRETO DE LIMA
Governador do Estado de Sergipe, em Exercício